

Redução das linhas de Projeto 4 remontam à crise dos bancos em 1983

por José Paulo Vicente
de São Paulo

A história que envolve a redução das linhas de crédito de curto prazo denominadas nos Projetos 3 (comercial) e 4 (interbancário) é bastante longa. As discussões sobre o assunto remontam o início do ano de 1983, na esteira das dificuldades externas do México, do Brasil e da Argentina, quando as agências dos bancos brasileiros no exterior chegaram a ficar a descoberto, com a retirada do financiamento dos bancos estrangeiros.

Nesse momento, o Banco Central foi chamado a socorrer os bancos, mas a situação se agravou e acabou sendo abrandada após o fechamento do primeiro plano de refinanciamento da dívida externa — em finais de 1983 — em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Após esse acontecimento, as linhas de curto prazo para financiamento de comércio exterior foram mantidas próximas do compromisso assumido até o início de 1987, quando foi decretada a primeira moratória brasileira e o País suspendeu o pagamento dos juros aos credores internacionais.

Desde então, o Brasil realizou mais uma rodada de acordos com os bancos credores internacionais — em setembro de 1988 —, quando foi estipulada a obrigatoriedade na manutenção dessas linhas. As linhas de Projeto 4, porém, tem uma história particular: "O que aconteceu, na verdade, foi que os bancos brasileiros com agências no exterior faziam operações normais de crédito no exterior, como qualquer banco norte-americano. O problema é que esses bancos tomavam dinheiro lá fora no curto prazo e repassavam os recursos aqui dentro em forma de empréstimos mais longos. Com a crise brasileira, esses bancos não conseguiam receber seus ativos aqui dentro para poder saldar seus passivos lá fora. Esse descasamento de prazos foi uma forte fonte de problemas para as instituições brasileiras no exterior ao mesmo tempo que desestimulou os bancos estrangeiros a continuar comprando papéis dos bancos brasileiros lá fora", explica o diretor de comércio exterior do Citibank, Carlos Craide.

CAPITALIZAÇÃO

Para sanar esse problema, a autoridade monetária tomou medidas como a permissão da capitalização dos bancos no exterior — através de remessas de divisas — e também colocou parte de seus recursos próprios nessas agências, como forma de amenizar a busca por dinheiro.

Contribuindo, ainda, para o esvaziamento das linhas do Projeto 4 estavam os termos — encontrados no próprio acordo da dívida de 1988 — que permitiam que os bancos credores pudessem, aos poucos, transformar suas linhas de Projeto 4 em linhas comerciais, isto é, de projeto 3.

As linhas de Projeto 3, argumenta um conceituado executivo de um banco estrangeiro, sempre foram mais interessantes para os bancos. "O Brasil sempre honrou seus compromissos de curto prazo e os riscos das linhas comerciais sempre foram mais baixos, além da sua boa lucratividade", disse.

SITUAÇÃO

A situação é que hoje —



Henrique de
Campos Meirelles

Banco de Boston amplia o crédito

por José Paulo Vicente
de São Paulo

O presidente do Banco de Boston no Brasil, Henrique de Campos Meirelles, informou, ontem, a este jornal, que a instituição está "não só mantendo as linhas de curto prazo ao Brasil, mas também está aumentando o volume de recursos destinados a esse fim".

O executivo disse que o Banco de Boston — que tinha, até o último dia 30 uma obrigatoriedade calculada em US\$ 90 milhões — já estava operando "há bastante tempo" com recursos equivalentes a US\$ 180 milhões. "O importante é que, agora, nós já temos o aval da nossa matriz para operar com linhas no valor total de US\$ 260 milhões", disse Meirelles, acrescentando que "esses novos recursos já estão à disposição dos clientes e serão usados na medida em que a demanda exigir".

O Banco de Boston, que nunca operou com as linhas interbancárias (Projeto 4), informou que todos os recursos mantidos pela instituição serão utilizados via Projeto 3 (linhas comerciais). "O apetite dos tomadores por linhas comerciais é muito maior do que para as linhas interbancárias. Nosso direcionamento é um movimento formal da instituição", ressaltou o presidente.

Meirelles elogiou o término da compulsoriedade das linhas, dizendo que "do nosso ponto de vista é muito mais saudável uma operação voluntária, sem imposições em nenhuma das partes".

após o final da compulsoriedade na manutenção das linhas de curto prazo, consumado no último dia 30 — os bancos estrangeiros no Brasil, — que anunciaram a manutenção voluntária desses recursos para o comércio exterior estão dando preferência, sem exceções, às linhas comerciais.

O Citibank, maior credor brasileiro, por exemplo, está operando atualmente com US\$ 600 milhões em Projeto 3. "Estamos transformando toda a nossa posição em linhas interbancárias para linhas comerciais.

Vamos manter esse quadro e não temos intenção de alterá-lo", atesta Craide.

O Chase Manhattan, segundo maior credor brasileiro, anunciou que manterá apenas US\$ 50 milhões — dos seus US\$ 400 milhões em linhas de curto prazo — em Projeto 4.

O Banco de Tokyo também anunciou que dá preferência às linhas comerciais. A instituição está mantendo cerca de US\$ 317 milhões em crédito ao Brasil, mas somente US\$ 17 milhões são destinados ao interbancário.